



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

## ANEXO Nº 04

# RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

## RCL – 2022



## Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Poder Executivo

Of. GG Nº 244 /2021

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor,  
**HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA**  
Desembargador do Estado do Rio de Janeiro  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, conforme determina o art. 209, da Constituição Estadual, juntamente com o contido no Decreto nº 47.591, de 29 de abril de 2021, a estimativa preliminar da Receita Corrente Líquida - RCL para o exercício de 2022, em conformidade com o que estabelece o §3º do Art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Importante apontar que o Projeto de Lei nº 4022/2021 de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para 2022, trouxe em seu Artigo 30 a premissa de que todos os Poderes do Estado deverão envidar esforços para que as despesas de pessoal, tanto ativo como inativo, para o próximo ano sejam realizadas conforme normas e limites impostos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Além das disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, vale salientar que no início deste exercício, em 13 de janeiro de 2021, foi sancionada a Lei Complementar Federal nº 178, que institui o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, e estabeleceu novas regras para limitar o crescimento anual das despesas primárias, instrumento que vem norteando o Estado na busca pelo reequilíbrio das contas públicas. A LCF nº 178/2021 promoveu diversas alterações na LCF nº 159/2017, estabelecendo, entre as medidas a serem implementadas para a adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal - RRF, a instituição de regras e mecanismos para limitar o crescimento anual das despesas primárias à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Dessa forma, para que alcancemos o reequilíbrio financeiro estadual, será imprescindível um empenho conjunto de todos os Poderes do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse diapasão, participo que este Governo não vem medindo esforços para que a máquina estatal seja otimizada, adotando estratégias que trouxeram economia aos gastos públicos sem prejuízos à qualidade dos serviços prestados, buscando sempre atingir as metas estabelecidas pelo RRF.

Rua Pinheiro Machado, s/nº - Prédio Anexo - Palácio Guanabara-Laranjeiras  
Tel. (21) 2334-3103



## Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

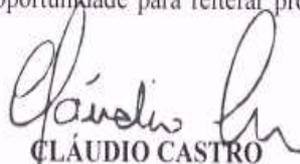


Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Poder Executivo

Informo ainda, que o detalhamento da estimativa ora encaminhada e respectiva memória de cálculo encontram-se à disposição na Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, pelo email [redor@planejamento.rj.gov.br](mailto:redor@planejamento.rj.gov.br).

É oportuno esclarecer que, caso venham a ser efetuadas alterações em relação às estimativas apresentadas, estas serão novamente encaminhadas de modo a permitir que se efetuem as devidas atualizações.

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevado estima e distinta consideração.

  
CLÁUDIO CASTRO  
Governador



## Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PRELIMINAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2022

PLOA (LRF, Art. 12, § 3º)		RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	PLOA 2022	
<b>RECEITAS CORRENTES(I)</b>	<b>91.552.335.612</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	58.048.980.902	
ICMS	40.804.239.775	
IPVA	3.192.301.487	
ITCD	1.634.563.179	
IRRF	4.188.657.202	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.229.219.259	
Receita de Contribuições	3.198.802.657	
Receita Patrimonial	19.170.843.156	
Rendimentos de Aplicação Financeira	283.594.889	
Outras Receitas Patrimoniais	18.887.248.267	
Receita Agropecuária	208.451	
Receita Industrial	32.189.985	
Receita de Serviços	332.587.261	
Transferências Correntes	9.160.871.641	
Cota-Parte do FPE	1.786.199.603	
Transferências da LC 61/1989	1.714.369.192	
Transferências do FUNDEB	3.631.357.933	
Outras Transferências Correntes	2.028.944.913	
Outras Receitas Correntes	1.607.851.559	
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>25.785.812.993</b>	
Transferências Constitucionais e Legais	14.277.387.094	
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	3.046.699.786	
Compensação Financ. entre Regimes Prev.	72.819.067	
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	8.388.907.046	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>65.766.522.619</b>	

FONTE: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/ Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Obs.: 1 - Excluídas a Imprensa Oficial, a CEDAE e a AGERIO por não se enquadrarem no conceito de Empresa Dependente.

2 - Imprensa Oficial, CEDAE e AGERIO não constam nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social no exercício de 2022.

3 - Excluídas as receitas intraorçamentárias.